

**Relato de experiência sobre trabalho realizado com homens autores de violência
na cidade de Pelotas/RS**

Duília Sedrês Carvalho Lemos¹

Gisele Scobernatti²

Michele Mandagará de Oliveira³

Este artigo trata de um relato de experiência acerca do atendimento prestado a homens autores de violência de gênero contra as mulheres, realizado durante os anos de 2016 e 2018, em um serviço que atua no enfrentamento de todas as formas de violências comuns às relações de intimidade em um município do interior do Estado do Rio Grande do Sul e objetiva apresentar a discussão reflexiva sobre a realização de grupos com esses homens. O atendimento se sustenta na identificação de distorções cognitivas; dos estereótipos de gênero e fatores externos que possam estressar e vulnerabilizar os indivíduos, para então buscar o desenvolvimento emocional e empático e a corresponsabilidade doméstica e familiar. O que se deixa vislumbrar, após a realização de 10 grupos é que inicialmente os participantes revoltam-se por estarem inseridos no trabalho mas posteriormente associam a participação a ganhos para as suas vidas, observamos melhorias nas questões de empatia, de melhor comunicação e de evolução no que tange a auto conhecimento e ao convívio familiar. Foi realizada testagem psicológica nos grupos e nas devoluções se observou dificuldades em manejar raiva, descrever emoções e resolver conflitos de forma mais assertiva. Além destes destaca-se a importância do trabalho multiprofissional e da busca constante em atualizações.

Palavras Chaves: Violência de Gênero, Masculinidades, Reeducação.

¹ Psicóloga pela Universidade Católica de Pelotas (2011 Aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas. (Bolsista CAPES) E-mail: duilia.carvalho@gmail.com

² Coordenadora do Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente; Doutora em Psicologia (2018) pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); E-mail: gscober@terra.com.br.

³ Professora adjunta do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas; Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (2008); E-mail: mandagara@hotmail.com

Introdução:

Diante de uma produção teórica que exaustivamente tem sido realizada articulando gênero e violência; sexualidade e violência, enfocando primordialmente as vítimas, propõe-se trilhar esse caminho com o foco direcionado para a reflexão acerca da constituição das masculinidades, em específico aquelas que se utilizam da violência nas relações de intimidade.

Uma tendência recorrente na produção científica e, bandeira de algumas das perspectivas feministas, é examinar a temática da Violência contra as mulheres a partir de uma polarização dos lugares de homens e mulheres, em que a violência sofrida pela mulher é entendida como uma violência estruturada por um padrão de relações hierárquico (MENEGUEL et al., 2000), legitimado por aspectos culturais decorrentes da socialização de gênero, no qual as mulheres sofreriam violência por serem mulheres (SCHRAIBER & D'OLIVEIRA, 1999), e os homens, em contrapartida, como aqueles que exercem modalidades de vitimização física, psicológica e/ou sexual de forma exclusiva ou combinada e intencional sobre a pessoa com quem mantém um vínculo de intimidade: sua esposa ou companheira (CORSI, 2004; HEISE, PITANGUY E GERMAIN, 1994)

De modo a pensar a violência de gênero contra mulheres, a partir do trabalho com homens autores de violência, trazemos para compartilhar o relato da experiência acerca do atendimento prestado a homens autores de violência de gênero contra as mulheres e, objetiva promover a discussão reflexiva sobre o desenvolvimento de atividades grupais para esses homens, tomando como analisador o modo como as masculinidades são forjadas socialmente, afastando-se das explicações positivistas dos papéis sociais e/ou aquelas fundamentadas nas explicações biológicas. Os atendimentos acontecem no Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescentes – NACA que há 18 anos atua no enfrentamento de todas as formas de violências comuns às relações de intimidade no município de Pelotas/RS.

Todos os participantes dos grupos foram encaminhados pelo Juizado Especial da Violência Doméstica, Centro de Atendimento a Mulheres em situação de Violência e, Vara de Execuções Criminais.

Os primeiros programas de atenção a homens autores de violência surgiram nos Estados Unidos e Canadá na década de 80, seguidos pela Austrália, França, Reino Unido e países escandinavos, na década de 90. Na América Latina, o pioneiro foi a Argentina a criar intervenções junto a essa população, depois México, Nicarágua e Costa Rica (NATIVIDADE, et al, 2007)

No Brasil, os primeiros ensaios de intervenções voltadas para homens autores de violência acontecem na década de 90, mesmo que a atenção a esses homens já se deixasse vislumbrar em algumas ações sob a perspectiva de gênero ainda na década de 80, a consolidação de serviços específicos somente vai se dar no final dos anos de 1990 (OLIVEIRA, GOMES, 2009).

A análise desses programas evidencia que eles nasceram numa perspectiva complementar aos programas de atenção e prevenção da violência contra as mulheres partindo-se do pressuposto que a responsabilidade primária por tais violências seria de quem a exerce e, a maior parte deles não se traduzia no tratamento de “doenças”, mas em processos de natureza reflexiva que possam contribuir para a assunção de suas responsabilidades nas situações de violência protagonizadas por eles (OLIVEIRA, 2013).

Atualmente, o que se tem visto é que algumas intervenções tomam a categoria gênero como essencial às análises, enquanto outras a veem como complementar, entretanto, a ideia que parece agregar simpatizantes de ambas correntes é que a tônica da responsabilização dos homens, ou pelo menos a discussão quanto à dimensão ética e política das intervenções (OLIVEIRA, GOMES, 2011), esteja contemplada.

De igual forma não há consensos quanto ao modelo técnico de intervir; há aqueles que advogam uma intervenção pautada pela perspectiva de gênero por ser uma abordagem que contempla os aspectos sócio culturais presentes no fenômeno, e fazem a crítica ao modelo que toma o fenômeno como próprio a relação conjugal por acreditarem que tal abordagem é essencialmente psicologizante.

Sem deixar de considerar os compromissos políticos propostos pelo feminismo, buscaremos, entretanto, evidenciar que nossas intervenções embora, possam estar ancoradas na perspectiva de gênero, têm caminhado em direção a uma perspectiva mais relacional que nos permita intervir junto a essas pessoas que vivem conjugalidades violentas. Entendendo que a violência de gênero tem suas raízes também num modelo de conjugalidade ocidental calcada na ideia de amor romântico (GROSSI, 1998) e que possa de cada história de vida, reconhecer o que é peculiar, singular a cada vivência.

No Brasil, os programas de atenção a homens autores de violência parecem que, em sua quase totalidade, nascem vinculados às políticas de atenção e prevenção da violência contra as mulheres e são motivados pela possibilidade de reeducar esses homens, promovendo “o reconhecimento de suas responsabilidades pela violência perpetrada e, ressignificando assim as suas próprias relações de gênero” (MORAES, RIBEIRO, 2012, P. 42).

Deste modo, olhar para a realidade brasileira e a maneira como foi se constituindo a agenda pública de combate a violência contra as mulheres, parece um bom meio para que possamos compreender os caminhos e os descaminhos percorridos ao longo dessas últimas três, quase quatro décadas de forte protagonismo dos movimentos que lutam pelo fim dessa forma de violência.

O município de Pelotas conta com uma rede de proteção à mulher vítima bem estruturada e que vem se consolidando graças a articulação de inúmeros serviços e dispositivos permanentemente engajados e que resistem aos reveses das mudanças de governo, que inevitavelmente podem afetar a agenda pública.

E é dessa de articulação e mobilização permanente, a partir das discussões na Rede de Atenção a Mulher Vítima de Violência que nasceu a ideia de construir uma estratégia que pudesse acolher e trabalhar com os homens autores de violência com o intuito de atender inicialmente as expectativas das mulheres que, em atendimento, manifestavam o desejo pela mudança de comportamento por parte dos parceiros.

Assim, em julho de 2015 passou a ser executado no município o projeto “violência por parceiros íntimos: histórias que a gente precisa saber” e os primeiros grupos formaram-se então por homens encaminhados pelo Centro de Referência em Atendimento a Mulher Vítima de violência e pelo Juízo Especializado em Violência Doméstica, posteriormente a Vara de Execuções Criminais passou de igual forma a encaminhar homens para atendimento.

Metodologia

Segundo SANTOS (2011) o relato de experiência trata-se de uma história informativa e como a mesma é refletida no contexto que está inserida. Precisa conter os resultados obtidos e lições aprendidas com exemplos da prática.

Neste relato de experiência traremos dados e informações acerca dos grupos reflexivos por entender que a construção do grupo e as características do trabalho realizado contribui de forma concreta aos estudos deste modelo de trabalho.

Funcionamento e características dos grupos

Uma vez encaminhados ao NACA, os homens foram acolhidos por uma assistente social e uma psicóloga para entrevista individual que objetivava conhecer a história pregressa do usuário e seu posicionamento frente ao ato de violência por ele cometido.

Além da entrevista inicial, foi realizado o genograma familiar, a fim de evidenciar os padrões de funcionamento e as interações emocionais familiares; a realização de diagnóstico

diferencial e a investigação de possíveis Comorbidades (uso de álcool-drogas ou psicopatologias, por exemplo) diagnosticadas ou não no autor da violência, que poderiam demandar urgência em encaminhamentos de outras naturezas, ou seja, que perpassem por questões médicas e de saúde visando a diminuição ou controle de sintomas que prejudiquem o trabalho em grupo e com foco nas questões de violência.

Cabia ao profissional da psicologia ainda investigar as possibilidades de inserção em grupo e em que tipo de grupo.

Após esse momento, o caso era analisado por equipe interdisciplinar que agendava o início da participação nos grupos. Trabalhamos com dois grupos distintos (reflexivo e de psicoterapia) que tem como diferencial a posição do homem frente ao ato de violência.

Grupo de psicoterapia voltado para aqueles homens que assumiram seus atos violentos na relação conjugal, mas que, sobretudo reconheceram sua responsabilidade nos eventos violentos e manifestavam um mínimo de intenção de mudança.

Nesta modalidade de grupo a coordenação do trabalho ficou sob a responsabilidade de profissionais da psicologia (dois para cada grupo) e as estratégias de trabalho objetivaram: a) ajudá-los a identificar as situações que desencadeiam os comportamentos violentos e a desenvolver formas positivas e não-violentas para expressar a sua raiva; b) trabalhar as relações de violência anteriores na família e compreender como estas podem estar relacionadas ao comportamento atual; c) verificar e questionar suas crenças; d) avaliar o quanto estão motivados para receber ajuda para alterar o comportamento violento; e) considerar e resignificar questões emocionais como sentimentos de desamparo, abandono, desamor e baixa autoestima; f) qualificar a capacidade empática; g) intervir nas reações emocionais excessivas ou deficitárias e h) prevenir recaídas.

Neste modelo não existe tempo previsto para o término do tratamento tendo em vista que estavam envolvidas na problemática questões cristalizadas e complexas.

Os grupos reflexivos foram destinados aos homens que não assumiram suas condutas violentas na relação conjugal, que revelam pouca capacidade de insight e manifestavam possíveis distorções acerca de sua responsabilidade na situação abusiva. Os grupos reflexivos têm começo, meio e fim, e não admitem inserções ao longo de sua vigência, e tem a duração de 12 a 15 encontros e contam com a participação de em média oito participantes.

Nesta modalidade de grupo a coordenação do trabalho ficou sob a responsabilidade de profissionais da psicologia (dois para cada grupo) e as estratégias de trabalho objetivaram: a) identificar distorções cognitivas; b) verificar e questionar suas crenças, trabalhando questões de gênero; c) identificar fatores externos que possam estressar e vulnerabilizar os

indivíduos; d) desenvolvimento emocional e empático e, e) corresponsabilidade doméstica e familiar.

Nos casos em que foi identificado, ainda durante o acolhimento, prejuízo psiquiátrico que pudesse interferir na relação terapêutica e no fluxo das demandas coletivas, foi feita a contra-indicação de inserção no programa de acompanhamento, sendo o usuário encaminhado para serviço específico a suas necessidades. Em alguns casos como no abuso de substâncias psicoativas foi possível o usuário participar dos grupos no NACA e do CAPS Ad em concomitância realizando trabalho de cuidado integral.

A experiência em si

Entre o ano de 2016 até março de 2018, foram atendidos cerca de 100 homens, divididos em dez grupos distintos. Os primeiros encontros tinham como objetivo contextualizar o objetivo do grupo no qual o usuário estava inserido, métodos de trabalho que seriam utilizados, formação de vínculos entre os participantes e com a equipe técnica.

Ainda nos primeiros encontros trabalhamos através de dinâmicas de grupo o papel de homem e mulher na sociedade e o quanto esses pais estão impregnados em nosso funcionamento mesmo que não percebamos.

Ainda nos encontros iniciais realizamos um encontro destinado a discussões sobre a Lei Maria da Penha(LMP) e os impactos dessa legislação, trabalhando com os homens como funcionam as leis e as razões pelas quais o Estado precisa intervir em questões tão íntimas. Foram realizadas explicações sobre os tipos de violência e discussão de casos que o mesmo presenciaram, vivenciaram ou tomaram conhecimento através de mídias.

Dedicamos um encontro às concepções de gênero e papéis sociais construídos, esse trabalho foi realizado através de dinâmica que tinha como objetivo que os participantes escolhessem brinquedos que “lembrassem” sua infância. Dispusemos na sala uma série de brinquedos: bonecas, panelinhas, robos, carrinhos, bolas de futebol, ferramentas, maquiagens, lápis e papel. Após a escolha do brinquedo os homens deveriam expor ao grupo as razões da escolha e o que esse brinquedo tem de relação com a sua história. Nesse momento foi possível observar o peso que escolher “brinquedos de menina” impactava e amedrontava os homens. E após a divisão das escolhas realizávamos roda de conversa sobre como nasceu a importância dos papéis e o quanto os homens acabam também embuidos pelos ditos de que homem para ser homem precisa atender a alguns pontos que nem sempre são a escolha de todos.

Nesse encontro realizamos apresentação de vídeo que trabalhava as perdas de características importantes de afeto em razão de uma dita “masculinidade padrão”.

Após esse momento inicial realizamos dois encontros denominados: Orientação Jurídica. Momento em que os participantes do grupo puderem questionar e esclarecer dúvidas junto a profissional Bacharel em Direito convidada a participar dos encontros. Na maior parte dos grupos houve grande proveito deste momento e alguns participantes ainda tiveram a oportunidade de agendar horários em individual para orientações.

Posteriormente realizamos aplicação de inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço (STAXI, do inglês, State-Trait Anger Expression Inventory) com a finalidade de mensurar experiências e expressões de raiva. Segundo NASCIMENTO (2006) a experiência de raiva no STAXI é avaliada como estado e traço. O estado de raiva é emocional e são sentimentos negativos que variam de intensidade em função de uma situação como, por exemplo, injustiça. Já o traço de raiva é a disposição, maior ou menor, do indivíduo para perceber várias situações como desagradáveis ou frustradoras, tendendo a reagir sobre elas. Com relação às expressões da raiva, estas são concebidas de três formas A primeira é a raiva para fora, que é a expressão da raiva em relação aos outros ou aos objetos; a segunda é a raiva dirigida para dentro, que são os sentimentos e, por fim, a terceira expressão é o grau de intensidade com que as pessoas tentam controlar a expressão. O STAXI é composto de 44 itens que formam oito subescalas, quais sejam, Estado de Raiva, Traço de Raiva, Raiva para Dentro, Raiva para Fora, Controle da Raiva, Expressão da Raiva, Temperamento Raivoso e Reação de Raiva. A subescala Traço de Raiva é a somatória de Temperamento Raivoso com Reação de Raiva. Já a Expressão da Raiva é a somatória das subescalas Raiva para Dentro, Raiva para Fora e Controle da Raiva.

Após a aplicação da testagem, realizamos a devolução dos resultados aos homens para que pudéssemos esclarecê-los acerca de seus posicionamentos frente a eventos que suscitam violência como forma de resolução de problemas. Esse momento foi marcado por especial crescimento do grupo por já ter caminhado um período junto e por localizar nos pares no grupo o quanto as questões de violência e raiva são pertencentes ao dia-a-dia dos mesmos

A partir dos dados observados no STAXI iniciamos a parte de desenvolvimento empático, melhor manejo com as emoções e a qualificação das relações familiares. Iniciamos com o debate do que são as emoções e de quais os acontecimentos externos interferem no modo como nos relacionamentos com os outros.

Através de dinâmica de grupo discutimos longamente sobre maneiras de resolução de problemas e meios de obter maior êxito nas relações interpessoais. Destinamos um encontro

para trabalhar comunicação interpessoal e os impactos da forma como nos comunicamos ou não nos comunicamos.

O último encontro em todos os grupos foi destinado a avaliação que seu deu por preenchimento de uma ficha individual e não identificada. Após o preenchimento das fichas as coordenadoras deram pareceres individuais aos homens e também todos puderam dividir como foi a experiência.

Observamos que o desejo de continuar participando dos encontros aumenta progressivamente. Na maior parte dos grupos o último encontro é marcado inclusive por dificuldade dos participantes de irem embora do NACA.

Após o encerramento dos grupos foi feito envio de documentos com frequência e informações sobre o casos aos órgãos que encaminharam os homens para o NACA. E em alguns casos foi realizado encaminhando dos participantes ao grupo denominado: grupo de psicoteria.

Resultados e Discussão

Para MISTURA (2015) as medidas de reeducação dos homens autores de violência ainda são escassas no cenário brasileiro. Mesmo assim, consideramos que o enfrentamento a violência através de atitudes de educação pode ser um dispositivo importante ao combate de um problema que atinge não apenas as mulheres, mas os espaços de crescimento de crianças e adolescentes.

A experiência de trabalhar com os homens autores de violência reforça inicialmente como BILLAND E PAIVA (2016) destaca que a maioria dos homens autores de violência contra mulheres não se responsabiliza por seus atos espontaneamente, resiste aos esforços dos facilitadores para levá-los a expressar empatia e fragilidades e não adere a intervenções que exigem que assumam outros discursos. Ao longo do processo dos atendimentos pode-se observar a crescente evolução no sentido de refletir sobre as atitudes e pensamentos violentos e como esse processo de trabalho em grupo e de espaço de escuta por si já se mostra terapêutico e uma experiência positiva tanto para os participantes quanto para os profissionais envolvidos.

Consideramos ainda positivo o fato de o trabalho atuar como enfrentamento por duas vias: inicialmente como auxílio na reflexão das atitudes já vivenciadas e mais ainda corroborando com o pensamento de MINAYO E SOUZA (1999) tornando público algo que anteriormente era tratado como privado na ideia de que socializar trabalhos de prevenção como parte do enfrentamento da violência.

No trabalho desempenhado com grupos de homens autores de violência foram utilizadas técnicas de socialização de conteúdos referentes a questões de gênero, esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha, discussão sobre a importância das Leis que atuam na proteção das minorias e de quem historicamente sofreu/sofre violência – mulheres, negros, idosos, dinâmicas de grupo, aplicação de testagens para avaliação de raiva e prevenção a novos episódios envolvendo violência como a forma de resolução de conflitos.

Encontramos dificuldade na literatura quanto a metodologia dos grupos já existentes no Brasil. Ainda não localizamos instrumentos e materiais com comprovação de eficácia.

Observamos que ao longo dos encontros, os homens vão alcançando novas percepções sobre o papel feminino antes concebido, o que vai ao encontro do estudo realizado por PAIVA E BILLAND (2016) quando fazem referência a ampliação de consciência com relação aos acontecimentos de suas relações. Talvez possamos pensar que a resignificação no modo como esses homens passam a perceber e reconhecer o papel, o lugar, os fazeres, as competências das mulheres, possa ser, em parte, resultado da experiência de duas mulheres conduzindo um grupo de homens que, ao fim, permitiu a construção de um novo olhar sobre as mulheres, inclusive concebendo que elas podem e desempenham de forma excelente os papéis aos quais se objetivam. Podendo, por essa perspectiva, fazer um contraponto importante em relação ao pensamento que advoga que o trabalho com homens realizado por homens obtém maiores resultados, em razão da facilidade de formação de vínculos e pela sensação de coletivo no grupo (MISTURA, 2015).

No trabalho que realizamos de testagem de raiva os maiores resultados apontaram para dificuldade em expor suas emoções e as tentativas, da maior parte dos participantes, em controlar a raiva. Foi possível trabalhar junto aos homens os estigmas que envolvem as discussões de relações e o quanto a característica de flexibilidade e habilidade para discussão é atribuída ao feminino. Localizamos ainda alguns participantes que apresentavam significativa dificuldade em acessar e discutir questões de raiva, nesses casos buscamos elucidar através de exemplos e de discussões em grupos o prejuízo que não falar ou não assumir ter raiva traz às relações afetivas. Com relação aos resultados encontramos pontos que aparecem em alguns estudos, dentre eles o de ANDRADE E BARBOSA (2008) que aponta: resistência inicial dos participantes, aumento do nível de comunicação, novas formas de resolução de conflitos, mudança de discurso, aumento no reconhecimento de dificuldades no trato com as mulheres e construção de novas possibilidades.

Conclusões

Ao analisar as avaliações feitas pelos participantes, podemos observar o quanto a experiência coletiva de tornar-se parte de um grupo, foi avaliado de forma positiva. Alguns deles manifestaram expectativas de que novos integrantes persistam no atendimento, vencendo a fase inicial de *Revolta*³. Dar espaço para poder vencer, a resistência inicial, já descrita em alguns estudos é, para os membros do grupo fundamental para que se possa efetivamente ter ganhos com a experiência grupal. A maioria dos homens disse ter obtido melhor conhecimento sobre a LMP e sobre suas questões emocionais. Aprendemos todos os dias que entramos em contato com outras pessoas, especialmente em um “terreno” de tantas incertezas e novidades observamos a necessidade de flexibilidade por parte do profissional que realiza estas tarefas.

Consideramos ainda a importância do trabalho com profissionais de diferentes áreas que agregam visões múltiplas que colaboram para o desenvolvimento dos grupos. A cada novo grupo foi possível buscar melhorias a partir dos discursos dos próprios participantes. Realizamos adaptações a cada novo encontro visando a construção efetiva de mudanças.

Ainda existe muito o que estudar, efetivamente questionar junto aos coordenadores dos grupos quais os instrumentos de avaliação que auxiliam na melhoria do trabalho; qual a experiência que os homens que participaram levam para as suas vidas; quais outros assuntos e temáticas precisam ser explorados e ainda, a importância de manter um bom vínculo com os trabalhadores da rede psicossocial que atendem as mulheres vítimas, de forma a construir um trabalho coletivo com o objetivo de evoluir na proteção das vítimas e na propagação de uma vivência masculina mais “saudável”.

³ É assim que os participantes do grupo definem o momento de chegada ao NACA.

Referências:

ANDRADE, Leandro F. BARBOSA, Sérgio F. e PRATES, Paula L. projeto: Centro de Atenção à violência doméstica e de gênero e de formação em masculinidades no Município de São Paulo. São Paulo: mimeo, 2010.

BILLAND, Jan ; PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.9, pp.2979-2988. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.13742016>. CORSI, Jorge, et. al. **Violência masculina em la pareja**: uma aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención Buenos Aires, Paidós, 2004.

GROSSI, Mirian P. Gênero, Violência e Sofrimento. *ANTROPOLOGIA EM PRIMEIRA MÃO*, Florianópolis, p. 1-22, 1998.

HEISE, Lori, PITANGUY, Jacqueline. & GERMAIN, Adrienne. *Violence against Women: The Hidden health Burden*. Washington, D. C.: The World Bank, 1994.

MENEGHEL, Stela. N. et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(3): 747-757,2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência saúde coletiva* [online]. 1999, vol.4, n.1, pp.7-23. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231999000100002>.

MISTURA, Tales F. *Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes*, disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17092015-090601/pt-br.php> - acesso em 10 de Novembro de 2017.

MORAES, Aparecida & RIBEIRO Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana* ISSN 1984-6487 / n.11 - ago. 2012 - pp.37-58

NASCIMENTO, Monaliza M.. **Avaliação de Raiva**. *Psicologia: Pesquisa & Trânsito*, v. 2, nº 1, p. 65-67, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppet/v2n1/v2n1a10.pdf>. Acesso em 17 de Maio de 2018.

NATIVIDADE, Claudia PESSALI, Fatima, PAULA, Alessandro Vinícius de, COSTA, Antônio. Grupo reflexivo de gênero: relato de intervenção psico-educativa com homens que exercem violência contra mulheres. In: *XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica*, 2007, BH. XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007.

OLIVEIRA, Isabela Venturosa de. Os Sentidos de ser Homem em Contextos de Violência Trabalho apresentado no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência&Saúde Coletiva*, 16 mai. 2009, n. 16.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciências saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, May 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

PRATES, Paula & ANDRADE, Leandro. Grupos Reflexivos Como Medida Judicial para Homens Autores de Violência Contra Mulher: O Contexto Sócio- Histórico. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X

SANTOS, Gleison. Como escrever um relato de experiência. *Workshop Anual do MPS*. Disponível em: https://www.softex.br/wp-content/uploads/2014/05/como_escrever_relato_experiencia.pdf . Acesso em 26 de maio de 2018

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

SCHRAIBER, Lilia B. & D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 3 (5): 11-26, 1999.